



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE - SEÇÃO A

PROCESSO: 00894453120198172001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **AGUINALDO JOSE TORRES**, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO

Com a mais a respeitosa vênua, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decisor.

Frisa-se que na d. sentença exarada, verifica-se grave OMISSÃO, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Com todo o respeito a Embargante, vem, informar que houve omissão em relação a **ausência de nexo causal** amplamente alegada tanto na defesa quanto na impugnação ao laudo.

DA AUSENCIA DE NEXO CAUSAL


A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, **não há elementos capazes de comprovar que a lesão apresentada tenha decorrido do acidente de trânsito.**


VEJA, EXA., NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA A PARTE AUTORA INFORMA QUE O SINISTRO OCORREU NO DIA 18/06/2019, TODAVIA, NO BOLETIM MÉDICO, CONSTA QUE O ATENDIMENTO OCORREU NO DIA 18/06/2019, HAVENDO O SINISTRO OCORRIDO HÁ TRÊS DIAS.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 012ª CIRCUNSCRIÇÃO - JARDIM SÃO PAULO - DP12ªCIRC DIM/4ªDESEC





BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 19E0102002692

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 13/08/2019 às 13:19

ATROPELAMENTO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado) que aconteceu no dia 18/8/2019 no período da Manhã

Fato ocorrido no endereço: **AVENIDA SUL, 1 - Bairro: AFOGADOS - RECIFE/PERNAMBUCO/BRASIL**
 Local do Fato: **VIA PÚBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:
 DESCONHECIDO (AUTOR VAGANTE)

	SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO GOV. PAULO GUERRA	
SUMÁRIO DE ADMISSÃO E SAÍDA		
Nome: AGUINALDO JOSE TORRES		Prontuário: 1652529
Idade: 62 Anos 9 Meses 10 Dias	Sexo: Masculino	
Proc.:	Admissão no HR: 18/06/2019	
Adm. Clínica:	Alta: 30/06/19	
Enfermaria /Leito: 719-L3		
MOTIVO DE ADMISSÃO E EVOLUÇÃO NA ENFERMARIA PACIENTE VÍTIMA DE ATROPELAMENTO POR ÔNIBUS HÁ 3 DIAS DIAGNOSTICADO COM HEMOPNEUMOTORAX E SUBMETIDO A DTFE DIA 27/06/2019. RETIRA DTFE DIA 29/06/2019 SEM INTERCORRÊNCIAS. NO MOMENTO ESTÁVEL. QUEIXA-SE DE DOR LOMBAR JÁ ACOMPANHADA PELA NEUROCIRURGIA. RECEBE ALTA DA CIRURGIA GERAL EM BOAS CONDIÇÕES CLÍNICAS, SEM QUEIXAS.		<input checked="" type="checkbox"/> ALTA <input type="checkbox"/> ÓBITO <input type="checkbox"/> TRANSFERÊNCIA <input type="checkbox"/> Outros:
EXAMES COMPLEMENTARES 25/06/2019 HPG - MB 10,5 / HT 30,2 / LEUCO 10020 / PLAQUETAS 179.000 25/06/2019 - GLIC 277,1 / UREIA 53,57 / RA 24 / AST 18 / ALT 25 TC DE ABDOME TOTAL COM CONTRASTE TC DE COLUMA		
EXAMES FÍSICO NA ALTA EG REGULAR, CONSCIENTE, ORIENTADO, NORMOCORADO, EUPNEICO ACV- RCR EM 21 BNF SS AR- MV 4 EM AHT SRA ABD- SEMIGLOBOZO, INDOLOR A PALPAÇÃO SUPERFICIAL E PROFUNDA. RM- + EXT- SEM EDEMAS, PULSOS CHEIOS E SINTÉTICOS		
DIAGNÓSTICO 1- POLITRAUMA		

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

Neste ponto, requer seja verificada a omissão informada.

CONCLUSÃO

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto OMISSO, qual seja a ausência de nexos causal conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 25 de outubro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE